

Orlando Vogler Guiné

Do contrato de gestão de carteiras e do exercício do direito de voto - OPA obrigatória, comunicação de participação qualificada e imputação de direitos de voto, in

Direito dos Valores Mobiliários - Vol. VIII

José de Oliveira Ascensão (Dir.) et al.

Coimbra Editora

Descrição:

Os últimos anos foram particularmente dinâmicos em modificações introduzidas nos principais modelos de supervisão e regulação, que tiveram de se adaptar às novas realidades; foram também ricos na produção de directivas e regulamentos comunitários - resultantes do recente padrão europeu de regulação -, com consequentes alterações, profundas e abrangentes, no direito interno. Pode encontrar-se neste volume um importante conjunto de artigos sobre a arquitectura da regulação e supervisão. Dois deles são de especialistas estrangeiros, que nos dão a perspectiva dos modelos dos principais mercados: o europeu, com o modelo Lamfalussy, e o norte-americano, com especial enfoque na experiência de vigência da Lei Sarbanes-Oxley. Dois outros são de autores nacionais, com perspectivas temporais diferentes: a actual e a da evolução dos últimos anos. Outro conjunto de estudos versa sobre temas muito recentes, resultantes da entrada em vigor e transposição para o direito nacional de directivas relevantes, em 2006 e 2007. É o caso do artigo que trata do regime resultante da transposição da Directiva sobre o Abuso de Mercado, do que analisa o novo enquadramento das recomendações de investimento em valores mobiliários - em especial, as normas destinadas à prevenção de conflitos de interesses -, ou o daquele que questiona o espaço deixado aos mercados não regulamentados pela nova Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros. Inclui ainda este grupo de artigos uma reflexão sobre os contratos de gestão de carteiras e a imputação dos direitos de voto inerentes às acções integrantes da carteira, situação cujo enquadramento foi explanado com a transposição da Directiva das OPAs. Este volume reúne ainda artigos sobre fundos de investimento, quer sobre a temática mais abrangente e particularmente actual das regras de governance, quer sobre o enquadramento de supervisão do tipo mais específico dos hedge funds - tema muito debatido internacionalmente com o incremento da revelância deste tipo de veículos de investimento -, quer ainda sobre os fundos de investimento imobiliário fechados de subscrição particular. O leitor pode encontrar ainda dois artigos sobre o tema, cada vez mais discutido e pertinente, da maximização das condições de participação nas assembleias gerais das sociedades e da redução do tempo de imobilização das acções para esse efeito: num

deles, discute-se o sistema de record date; noutro, de um autor estrangeiro, aborda-se a Directiva dos Direitos dos Accionistas das Sociedades Cotadas, ainda não transporta, em particular as regras sobre a realização de assembleias por meios à distância, realidade já admitida pelo direito nacional. Finalmente, integram este volume dois outros textos: um sobre sociedades gestoras de participações sociais, veículos bastante utilizados para o investimento em valores mobiliários, em especial de participações relevantes; o outro sobre o exercício de influência dominante em sociedade aberta, tema que conheceu importantes modificações de regulação com as alterações ao Código dos Valores Mobiliários de Novembro de 2006.

Índice:

O governo dos fundos de investimento - António Pereira de Almeida Supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários - Paulo Câmara Regulação e Supervisão de hedge funds: Percurso, oportunidade e tendências - Gabriela Figueiredo Dias Do contrato de gestão de carteiras e do exercício do direito de voto - OPA obrigatória, comunicação de participação qualificada e imputação de direitos de voto - Orlando Vogler Guiné Sarbanes-Oxley, Global competitiveness and the future of u.s. Securities Regulation - Donald C. Langevoort A adaptação do direito português à Directiva sobre o Abuso de Mercado - Paulo de Sousa Mendes The current framework (Lamfalussy) on European Securities Regulation - Niamh Moloney Quinze anos de codificação mobiliária em Portugal - José Nunes Pereira Cabimento da figura dos "Mercados não Regulamentados" no âmbito da DMIF e na consequente revisão do Código dos Valores Mobiliários - Sofia Nascimento Rodrigues Recomendações de investimento em valores mobiliários e conflito de interesses - Gonçalo Castilho dos Santos SGPS: gestão de participações sociais como forma indirecta de exercício de actividades económicas - Hugo Moredo Santos O conceito de accionista e o sistema de record date - Paula Costa e Silva A propósito dos fundos de Investimento imobiliário fechados de subscrição particular: duas questões - Maria João Romão Carreiro Vaz Tomé Virtual Shareholder Meetings and the European Sharehold Rights Directive - Challenges and Opportunities - Dirk Zetzsche Sociedade aberta, domínio e influência dominante - Paula Costa e Silva